

Perfil dos participantes da etapa estadual do Projeto Parlamento Jovem de Minas 2017¹

Profile of the Parlamento Jovem Minas Project participants in the state stage in 2017

Alexandre Eustáquio Teixeira²

RESUMO

O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados de um levantamento piloto realizado durante a Etapa Estadual do Projeto Parlamento Jovem de Minas (PJ de Minas), realizada nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2017, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). O PJ é um projeto de extensão realizado desde o ano de 2004, como resultado de uma parceria entre a ALMG e a PUC Minas, que visa, sobretudo, à formação política de jovens do ensino médio de municípios mineiros cujos legislativos tenham aderido a seus objetivos. Com esse trabalho, pretendia-se desenhar e testar um instrumento de pesquisa que tivesse baixo custo, que pudesse ser aplicado a um expressivo número de participantes, que fosse simples de ser preenchido e que permitisse o levantamento de informações socioeconômicas e políticas do público alvo, ou seja, estudantes do ensino médio de diferentes municípios do estado de Minas Gerais. Dos 120 formulários distribuídos aos estudantes participantes da etapa estadual, 83 foram devolvidos preenchidos. Com a tabulação e análise dos resultados alcançados, pretende-se aprimorar o instrumento e ampliar o levantamento para todos os estudantes que participarão das Etapas Municipais que serão realizadas nos 88 municípios que integram a edição desse ano. O que significa tentar cobrir um universo de aproximadamente 2 mil jovens em diferentes localidades do estado e, com isso, ter informações mais precisas sobre quem são os jovens integrantes do projeto.

Palavras-chave: Metodologia. Pesquisa. Perfil socioeconômico. Jovens. Parlamento Jovem de Minas.

ABSTRACT

This work aims to present results of a pilot survey carried out during the state stage of the Parlamento Jovem de Minas project, held on September 20th, 21st and 22nd, 2017, at the Legislative Assembly of the State of Minas Gerais (ALMG). PJ is an extension project carried out since 2004, as a result of a partnership between ALMG and PUC Minas, which aims, above all, at the political formation of high school youths from Minas Gerais municipalities whose legislatures have adhered to its purposes. In the research, we aimed to design and test a low-cost research instrument that could be applied to an expressive number of participants, simple to complete and allow the collection of socioeconomic and political information of the target public, composed by high school students from different municipalities in the state of Minas Gerais. Of the 120 forms distributed to students participating in the state stage, 83 were returned filled out. With the tabulation and analysis of the results achieved, it is intended to improve the instrument and expand the survey for all students who will participate in the Municipal Steps that will be held in the 88 municipalities that are part of this year's edition. This means try to cover a universe of approximately 2,000 young people in different locations in the state, and with that, have more precise information about who the young members of the project are.

Keywords: Methodology. Research. Socioeconomic Profile. Young. Parlamento Jovem de Minas.

¹ Levantamento e projeto financiados pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas. Os resultados preliminares do trabalho foram apresentados à ALMG em reunião interna de avaliação projeto realizada no mês de novembro de 2017.

² Mestre e Doutor em Ciências Sociais. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas. Membro do Núcleo de Políticas Sociais da PROEX – PUC Minas. Coordenador do Projeto Parlamento Jovem de Minas, pela PUC Minas. E-mail: aeteixeira@hotmail.com.

1 APRESENTAÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de um levantamento sobre o perfil dos jovens que participaram da etapa estadual da décima quarta edição do Projeto Parlamento Jovem de Minas (PJ de Minas), realizada pela ALMG e pela PUC Minas nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2017, na cidade de Belo Horizonte (MG).

O PJ de Minas é um projeto de extensão realizado desde o ano de 2004, como resultado de uma parceria entre a ALMG e a PUC Minas, que visa, sobretudo, à formação política de jovens do ensino médio de municípios mineiros cujos legislativos tenham aderido a ele. Trata-se de um projeto de formação política, pioneiro na implementação de uma metodologia de formação através de atividades diversificadas, que priorizam metodologias ativas de aprendizagem, e que resultam na elaboração de proposições legislativas que são apresentadas formalmente às Câmaras Municipais e ao Parlamento Estadual. (TEIXEIRA; BARBOSA, 2017). Assim, trata-se de um processo de aprendizagem política através do exercício da cidadania ativa, nos termos de Benevides (1994).

O PJ de Minas também é considerado inovador pela constituição de uma rede de formação política e cidadã, constituída pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), pelas Câmaras Municipais e seus parceiros locais (diversas Instituições de Ensino Superior - IES, escolas públicas e privadas de ensino médio, poder executivo municipal, ONGs, superintendências regionais de ensino, igrejas, *etc.*). Essa rede trabalha diretamente o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações que são desenvolvidas em todos os municípios integrantes de cada edição, de maneira mais ou menos alinhada aos princípios do projeto (TEIXEIRA; BARBOSA, 2017).

Cada edição anual do projeto é organizada a partir do estudo, debates e elaboração de proposições legislativas sobre um tema de interesse do jovem, e por eles escolhido, que seja socialmente relevante e viável, ou seja, que possa ser bem desenvolvido no tempo de duração de cada edição, com os recursos mobilizados pela rede de formação política constituída e que possa produzir sugestões legislativas de competência municipal e estadual. Desde 2014, o projeto é desenvolvido em três principais etapas: municipal, regional e estadual. Na primeira, as câmaras municipais parceiras são responsáveis em organizar as principais atividades de formação para os

estudantes (oficinas e afins), com base em princípios e em uma matriz metodológica comuns, que devem resultar em uma plenária municipal e na aprovação de um documento com as melhores propostas resultantes dos debates. Na etapa seguinte, a regional, as propostas aprovadas nas plenárias municipais de um mesmo polo são reunidas e debatidas por um grupo maior de estudantes participantes, provenientes de todos os municípios integrantes do projeto na região. Esse grupo delibera sobre as propostas que deverão ser aprovadas e encaminhadas para a etapa estadual, que é realizada na cidade de Belo Horizonte. A estadual, por fim, objetiva discutir e deliberar com base nas propostas aprovadas em todas as regionais, aquelas que serão encaminhadas à Comissão de Participação Popular da ALMG, para apreciação e tramitação formal da casa. Com essas três etapas, o projeto consegue ampliar suas ações e englobar um maior número de estudantes participantes em diferentes municípios e regiões do estado, sem abrir mão da qualidade do processo formativo, oportunizando a todos, em maior ou menor grau, a vivência da participação cidadã e política em atividades de estudo, debates e votação de propostas que impactarão as agendas municipais e estadual, de uma forma ou de outra³. (TEIXEIRA; BARBOSA, 2017).

Para a PUC Minas, esse projeto é um espaço de formação discente, no qual os estudantes de diversos cursos – Ciências Sociais, Relações Internacionais, Direito, Serviço Social, Comunicação Social e Psicologia – atuam junto à Coordenação Estadual no trabalho de formação e acompanhamento da rede de formação política e cidadã existente, vivenciando os desafios e os dilemas da formação política de jovens, o que implica o trabalho colaborativo e ativo de câmaras municipais, parceiros locais e jovens de diferentes regiões do estado. Também é um espaço para a reflexão sobre a atividade docente, assim como para o cumprimento da missão institucional da PUC Minas, sobretudo no que se refere ao fortalecimento da democracia e à construção de uma sociedade mais igualitária e justa. (PUC Minas, 2006; 2015).

Apesar de ser um projeto consolidado, nem a Coordenação Estadual (papel desempenhado pela PUC Minas e pela ALMG) e nem as Coordenações Municipais (papel desempenhado por técnicos e/ou vereadores das Câmaras Municipais) têm dados e informações sistematizados sobre o perfil dos estudantes que participam do projeto

³ Para se ter uma dimensão do impacto desse desenho metodológico com três etapas, em 2017, com a participação de 63 municípios, organizados em 12 polos, foram aproximadamente dois mil estudantes (de 247 escolas públicas e privadas) nas etapas municipais, aproximadamente um mil estudantes nas etapas regionais e 120 participantes da etapa estadual. Esses números fazem do PJ de Minas um dos maiores projetos de formação política e cidadã, envolvendo o poder legislativo do Brasil.

anualmente, em suas diversas etapas: Etapa Municipal, Etapa Regional e Etapa Estadual. Os dados e informações conhecidos do projeto, produzidos através dos procedimentos de acompanhamento e monitoramento até então implementados, por meio de uma plataforma digital, denominada como “Módulo Gestão” e de visitas técnicas aos polos, se referem a: i) dados quantitativos gerais, tais como: número de coordenadores, monitores, instituições parceiras *etc.*; ii) informações de natureza mais qualitativas sobre as atividades de gestão e formação desenvolvidas nos municípios, tais como descrição das oficinas, cerimônias de lançamento oficial, reuniões de trabalho, *etc.*

A ausência de informações sistematizadas sobre o perfil dos participantes impõe restrições a uma correta avaliação de impacto do projeto junto a esse público, assim como o seu alcance do ponto de vista da inclusão (um dos princípios do PJ de Minas), em relação ao perfil geral da população existente em cada região do estado onde o projeto é realizado.⁴

Nesse sentido, surgiu a proposta de se realizar um levantamento piloto que pudesse suprir a necessidade da Coordenação Estadual de conhecer melhor o perfil do público jovem com o qual tem trabalhado, na expectativa de implementar um processo sistemático de levantamento de informações que abarquem, se não a totalidade, mas pelo menos a maioria dos jovens de cada edição. Assim, o levantamento proposto objetivou: a) testar uma metodologia e um instrumento para coleta de dados; b) levantar algumas informações preliminares sobre os estudantes presentes na Etapa Estadual do Projeto, realizada em Belo Horizonte nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2017; c) elaborar uma metodologia e um instrumento de pesquisa simples e consistente, que pudesse ser aplicado na edição de 2018, a um número maior de estudantes, por exemplo, presente nas etapas regionais do projeto.

A metodologia utilizada para esse levantamento foi de natureza qualitativa e se resumiu à aplicação de um formulário contendo 15 questões, sendo 2 abertas, para registro de nome e idade, e 13 fechadas, organizadas em questões de perfil

⁴ Algumas pesquisas já foram realizadas sobre o projeto, sobretudo nos últimos 10 anos, focando ou em avaliação de impacto do projeto sobre a formação política dos jovens (FUKS; CASALECCHI, 2011; GONÇALVES, 2012; SAMPAIO; SIQUEIRA, 2013), ou de avaliação de impacto somada à análise de opiniões e atores envolvidos no projeto (ver, por exemplo, artigos organizados por MEDEIROS; MARQUES (2012) no livro Educação Política da Juventude, resultantes de uma pesquisa-extensionista realizada nos anos de 2010 e 2011. Outros trabalhos, como o de Cosson (2010), fazem uma avaliação mais geral sobre o trabalho de formação política desenvolvido por Escolas do Legislativo e, nesse sentido, enfocam menos os públicos diretamente beneficiados por essas atividades.

socioeconômico, divulgação do projeto, áreas de interesse social e participação política fora do projeto.⁵ Devido ao número limitado de extensionistas implicados nesse levantamento de campo, assim como o fato de a programação da Etapa Estadual não comportar nenhuma atividade exclusiva com esse fim, optou-se por utilizar um formulário autoaplicado, ou seja, que fosse lido e preenchido pelos próprios estudantes fora das atividades programadas.

A estratégia utilizada para melhorar a taxa de retorno dos formulários implicou: a) sensibilização do grupo, através da apresentação da finalidade do levantamento durante a recepção e a atividade de entrosamento, realizada na tarde do dia 20 de setembro de 2017; b) envolvimento dos coordenadores / acompanhantes municipais para que auxiliassem na distribuição recolhimento e devolução dos formulários para os extensionistas; c) preparação de um folheto explicativo sobre o levantamento e envelopes contendo formulários impressos, ambos elaborados em linguagem acessível para coordenadores e estudantes.

Esses materiais foram entregues a cada um dos coordenadores / acompanhantes municipais, na tarde do dia 20 de setembro. Os formulários devolvidos para a equipe do levantamento foram conferidos e codificados. Os dados foram lançados em um formulário gerado no *Google forms* e, posteriormente, houve a migração das tabelas geradas por esse site para o programa EXCEL, onde foram conferidos, analisados e gerados quadros e gráficos que auxiliaram na elaboração das descrições e análises que serão apresentadas a seguir. Para garantir o sigilo das respostas, os nomes dos participantes não foram utilizados, assim como não foi realizado nenhum cruzamento de dados que permitisse a identificação de nenhum dos participantes.

2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Participaram, da etapa estadual do PJ Minas 2017, 120 estudantes, provenientes de 63 municípios, divididos em 12 polos⁶, com uma pequena prevalência de estudantes do sexo feminino. Foram 65 (54%) mulheres e 55 (46%) homens. Proporcionalmente, o

⁵ Da pesquisa de campo e do trabalho de organização e tabulação dos dados, participaram os seguintes extensionistas do projeto: Ana Camila Ribeiro Moreira, Pedro Barbabela de Mello Vilela, Victor Braga de Andrade Mendonça, Tairine Graziella Machado, Kaíza Kelly de Faria Oliveira, Nathália Goulouras, e uma funcionária técnico-administrativo, Mariana Alice Alves Damasceno.

⁶ Para 2018, há 16 consolidados, com a participação de 83 municípios. A expectativa é que, com a expansão paulatina ao longo dos próximos anos, sejam constituídos 21 polos regionais, o limite do atual desenho metodológico do projeto.

polo com a maior representação feminina na etapa estadual foi o Noroeste, com 83% (5 mulheres e 1 homem), seguido dos polos Sul II e Zona da Mata II, ambos com 67% de participação feminina (4 mulheres e 2 homens, e 8 mulheres e 4 homens, respectivamente). Já os polos com maior representação masculina foram o Sul I, com 60% (3 homens e 2 mulheres), seguido dos polos Triângulo e Norte Jequitinhonha, ambos com 56% (5 homens e 4 mulheres).⁷

A taxa de retorno dos formulários foi de 69%, ou seja, dos 120 participantes, 83 preencheram e devolveram os instrumentos para a equipe de apoio. Nenhum dos formulários recebidos precisou ser descartado por erros ou problemas severos de preenchimento. Houve um grande desequilíbrio quando observada a taxa de retorno por sexo, já que dos 83 formulários recebido a grande maioria, 71%, foram de estudantes do sexo feminino. Se observarmos a taxa de retorno quanto à distribuição de sexo, em relação ao número total de participantes, temos que 91% das estudantes do sexo feminino presentes na Etapa Estadual do projeto responderam à pesquisa (59 em um universo de 65) e apenas 42% dos estudantes do sexo masculino o fizeram (23 em um universo de 55). Possivelmente, essa significativa diferença teria ocorrido por causa de uma incompreensão ou confusão, por parte dos coordenadores e jovens participantes, sobre a finalidade do levantamento. Por estar integrada a uma outra proposta de pesquisa sobre “Protagonismo Feminino”, conduzida por alguns extensionistas, é possível que tenha ficado subentendido, para parte significativa do grupo, que o levantamento através do formulário visasse apenas às estudantes do sexo feminino. Apesar de esse problema prejudicar a confiabilidade dos dados do grupo de estudantes masculinos, consideremos que os resultados globais, ou seja, sem distinção de sexo, apresentam um panorama razoável do perfil dos participantes da Etapa Estadual. A amostra mínima, levando em consideração o universo de 120 estudantes, com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 5%, considerando-se o grupo mais homogêneo, era de 81 indivíduos.⁸

A seguir, apresentamos uma breve descrição e análises parciais dos resultados encontrados, com a tabulação questão a questão. Optamos por apresentar poucos

⁷ Fonte: Documento produzido pela Coordenação Estadual, a partir das listas de nomes dos estudantes que foram escolhidos para participação na etapa estadual, que também é utilizada para realização das reservas das hospedagens e listas de presença nas atividades.

⁸ Se calculada separadamente por sexo, teríamos, para o feminino uma amostra de no mínimo 52 indivíduos (em um universo de 65), e para o masculino 46 (em um universo de 55).

cruzamentos nesse trabalho, por ser uma primeira versão e devido ao seu caráter experimental (piloto).

Quanto à idade, podemos observar que a grande maioria dos jovens que responderam a essa questão, 72%, tem 16 ou 17 anos. A distribuição das idades é coerente com o recorte de público do projeto, ou seja, estudantes do ensino médio, e aponta, indiretamente, para certa regularidade quanto às idades consideradas “normais” para as três séries do ensino médio.

Quanto à raça / cor / etnia, foi observada a seguinte distribuição: 46% se declararam brancos, 36% pardos, 13% pretos e apenas 2% amarelos. Não houve nenhum estudante que se identificou como indígena, apesar de essa opção constar do formulário.

Apesar de a questão racial ser polêmica, tanto conceitual quanto metodologicamente, e termos adotado uma redação de categorias e de respostas próximas às utilizadas pelo IBGE em suas pesquisas de Censo Populacional, não deixa de ser curioso que a distribuição das respostas encontradas foi próxima à dos dados levantados pelo Censo 2010, havendo apenas uma significativa variação quanto aos que se declararam pretos. Nos dados do Censo 2010, no estado de Minas Gerais, 9,2% se declararam pretos, enquanto no PJ Minas tal percentagem foi de 15,6%, o que pode apontar ou para certo enviesamento racial no projeto (ou seja, inclusão ou maior cobertura desse grupo), ou para um avanço no processo de autoatribuição da identidade racial por parte dos participantes, ou de ambas as hipóteses.⁹

Quanto à distribuição por escolaridade, ou seja, por ano / grau escolar no ensino médio, observamos que quase metade dos participantes está no segundo ano (44,6%), seguido de 33,7% no terceiro ano e 21,7% no primeiro ano. Esse dado aponta para uma significativa renovação dos participantes para a edição de 2018, caso os municípios da edição de 2017 permaneçam no projeto, e mantenham as mesmas instituições escolares. Por outro lado, aponta para um número significativo de egressos, que poderão ser incorporados como voluntários, na qualidade de monitores ou apoiadores das atividades da coordenação, como já vem sendo realizado de forma mais expressiva nos últimos dois anos.

Quanto ao tipo de instituição escolar em que os participantes estão matriculados, os dados obtidos são muito próximos dos recolhidos por meio das atividades de

⁹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

acompanhamento e monitoramento do projeto: em sua maioria – 89% – as escolas participantes são públicas (estaduais ou federais) e apenas 21% são privadas.

Avançando, foram feitas três perguntas para traçar, mesmo que de forma simplificada, um perfil de “classe” econômica dos participantes. A primeira indagava se trabalhavam, e apenas 12% responderam afirmativamente. Como o formulário construído foi simplificado, para poder ser respondido de forma rápida, e sem a ajuda de outras pessoas, optamos por excluir das opções das respostas itens que poderiam apontar aqueles que desejavam, ou que efetivamente estavam procurando emprego / trabalho. Outras opções de respostas como essas poderiam fornecer indicativos mais precisos sobre o desejo ou a necessidade de se ocupar e ter uma renda durante a fase dos estudos, um importante indicador de pobreza / carência do núcleo familiar.

A segunda questão se referia à renda média do núcleo familiar. Tal como a questão de raça / cor / etnia, a mensuração da renda pode apresentar problemas conceituais e metodológicos difíceis de serem superados em formulários simples como o desenvolvido. Os dados encontrados sobre essa questão apontam que a maioria dos jovens provêm de famílias que ganham, em média, de 1 a 3 salários mínimos (70,7%). Esse resultado aponta para uma renda relativamente baixa em valores absolutos, mas próxima à média de rendimento descrita, por exemplo, pelo Censo de 2010. Nessa pesquisa, o rendimento médio domiciliar no estado de Minas Gerais foi de R\$733,00 em 2010, o que correspondia a 1,43 salários mínimos em valores da época (R\$510,00), portanto não muito distante da média encontrada no levantamento feito junto aos estudantes.

A terceira questão indagava sobre a propriedade de três bens de consumo: casa própria, automóvel e computador doméstico (PC ou Notebook), independentemente da condição da propriedade (quitada, financiada, penhorada, etc.). Parte significativa dos estudantes apontou que suas famílias possuíam casa própria (76%), computador (80,4%) ou carro (65,8%). Quando cruzamos os dados disponíveis, podemos observar que 52,1% dos jovens provêm de famílias que têm casa e carro próprio, e 46,3% provêm de famílias que possuem os três bens. Esses cruzamentos apontam para uma situação de conforto, sobretudo quanto à posse da moradia, item básico para o exercício da cidadania e do direito à cidade, e de computadores, importante item para os processos de educação formal e informal, e de participação no PJ de Minas.

Observando esses três conjuntos de dados sobre situação de “classe” / econômica, é possível sugerir que participaram da etapa estadual do PJ de Minas, em 2017, jovens que em sua maioria não trabalham, que são provenientes de famílias, em geral, de classe média baixa, e em sua maioria proprietária de casa própria, ou casa própria e computador pessoal. Essa descrição parece ser parcialmente coerente com a prevalência de jovens originários de escolas públicas, dado já apresentado, e também com o fato de estarem matriculados e estudando, ou seja, não pertencerem ao grupo de jovens evadidos do ensino médio. Por outro lado, aparentemente é um grupo que goza de situação “privilegiada”, quando comparada à grande massa de estudantes provenientes de família de baixa renda e sem posse de casa própria. Esse perfil, apesar de muito simplificado, aponta para a necessidade de se avançar na compreensão sobre a realidade socioeconômica dos participantes, incluindo os que participam das etapas municipais e regionais, para observarmos se o projeto tem possibilitado a inclusão de grupos sociais menos favorecidos economicamente.

Na sequência, foi feita uma questão para que os participantes avaliassem a relevância de alguns temas de grande repercussão social na atualidade. Foram eles: educação, corrupção, saúde, segurança, cultura, emprego e reforma da previdência. Para cada tema, os estudantes deveriam atribuir uma nota de 0 a 5, que correspondiam a graus de importância / relevância, sendo 0 sem importância / relevância e 5 máxima importância / relevância. Os dados revelam que o tema mais significativo para os jovens era Educação, que somou 775 pontos, seguindo de longe de Saúde, Segurança, Emprego, Corrupção, Cultura, e por último, Reforma da Previdência. É compreensível que o tema Educação tenha sido o mais destacado, tendo em vista que a escola é a instituição na qual passam parte considerável do seu tempo, e no qual se observam grandes problemas de todas as ordens e níveis (qualidade, estrutura física, forma de organização, funcionamento, etc.). Surpreendeu, por outro lado, a pequena relevância atribuída ao tema da Reforma da Previdência, que tem recebido grande destaque na mídia nacional e uma das principais “reformas” propostas pelo governo federal, o que pode apontar para uma crítica à forma como o tema tem sido tratado pelas mídias e pelo governo, ou como tema de difícil compreensão para um público tão jovem.

Quadro 1: Temas de interesse dos jovens

Educação		Corrupção		Saúde		Segurança		Cultura		Emprego		Reforma da Previdência	
Nota	Quant.	Nota	Quant.	Nota	Quant.	Nota	Quant.	Nota	Quant.	Nota	Quant.	Nota	Quant.
0	0	0	7	0	0	0	0	0	1	0	1	0	6
1	0	1	0	1	0	1	1	1	4	1	1	1	1
2	0	2	3	2	0	2	0	2	0	2	1	2	6
3	2	3	1	3	3	3	5	3	16	3	9	3	10
4	10	4	19	4	9	4	24	4	20	4	23	4	16
5	71	5	53	5	71	5	53	5	42	5	48	5	41
												Sem resp.	3
Total	755		350		400		377		342		362		284

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Em relação às formas de divulgação e conhecimento do projeto pelos estudantes, a maioria apontou a divulgação feita pelas Câmaras Municipais nas escolas (65,3% das respostas válidas), seguido da divulgação feita por diretores ou professores (22,4% das respostas válidas). O conhecimento do projeto através de colegas da escola ou por redes sociais tiveram pouca importância. Esse dado indica a centralidade dos processos de divulgação e sensibilização do projeto feito sobretudo pelas equipes de coordenação municipais, através de atividades presenciais em dias e horários previamente agendados nas escolas, o que reforça a importância de preparar adequadamente as equipes de divulgação e sensibilização que farão essas atividades, assim como de dar suporte através da indicação de materiais e metodologias de trabalho. Esse dado reforça uma demanda já apresentada por muitos coordenadores municipais, em diferentes espaços de avaliação do projeto, sobre a preparação e a atualização de informações e materiais audiovisuais sobre o PJ de Minas pela Coordenação Estadual.

A parte final do formulário, mais precisamente as perguntas de 12 a 15, tinha por objetivo identificar algumas informações sobre participação política dos jovens presentes na etapa estadual. Elas se referiam à posse de título de eleitor, participação em grêmios estudantis, participação em outros movimentos estudantis e participação em alguns movimentos / grupos sociais de destaque nas mídias nos últimos anos.¹⁰

¹⁰ A questão de número 11 não foi utilizada por ter ficado mal redigida, o que poderia gerar confusão na compreensão da questão e, portanto, na confiabilidade das respostas. Ela versava sobre avaliação, por grau de relevância, sobre as instituições políticas nacionais.

Quanto à questão sobre o título de eleitor, é curioso observar que a grande maioria dos presentes na etapa estadual, 65,9%, declarou não ter o título (65,9%). Quando cruzamos essas respostas com o intervalo de idade no qual o título é de posse opcional, ou seja, dos 16 aos 17 anos, observamos que esse percentual sobe para 75%. Esse dado, que necessitaria de maior aprofundamento em futuros levantamentos, tal como conhecer o tempo de participação dos estudantes no projeto e as razões para a não solicitação do título em idade em que o mesmo não é obrigatório, poderia ser considerado um indicativo de descrença no sistema e nas instituições políticas formais.

Já quando analisamos as questões sobre participação em grêmios e em movimentos estudantis, encontramos percentagens de participação um pouco mais elevadas: 46,7% e 43,9% respectivamente. Esses dados reforçam a hipótese anterior, de certa descrença no sistema e formas de participação mais formais / tradicionais, que precisaria ser melhor compreendida e testada em futuros levantamentos.

Por fim, quando questionados sobre identificação com alguns movimentos / grupos de destaque nas mídias nos últimos anos, observa-se que praticamente metade dos jovens, 46,9%, não se reconheceu em nenhum dos quatro movimentos / grupos listados, enquanto o restante se distribui entre o “Vem pra rua” (34,9%) e o “Levante Popular” (19,2%), e uma pequena parcela entre o “Movimento Brasil Livre -MBL” (9,6%) e o “Revoltados Online” (2,4%). Apesar do número superior daqueles que se identificaram com movimentos / grupos que se denominam como conservadores e/ou de direita (“Vem pra Rua”, “MBL” e “Revoltados Online”), não é possível afirmar que haja essa tendência de orientação ideológica nos participantes, dada a superficialidade desse instrumento de coleta. Seria necessário compreender as razões para tal identificação, assim como o significado dos que não se identificaram com nenhum dos grupos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser um levantamento que foi feito de forma experimental (piloto), consideramos que o trabalho atingiu os seus objetivos. Além de produzir algumas informações interessantes sobre o perfil dos jovens participantes da edição 2017 do PJ de Minas, permitiu a avaliação da metodologia de aplicação, da redação das questões, das categorias de respostas e da forma como os dados foram tratados e analisados.

Propomos que esse tipo de levantamento seja incorporado como uma rotina em todas as edições do projeto, a partir de 2018, e que se estude a viabilidade de estendê-lo também para as etapas regionais para este ano, de forma a abarcar um universo maior de estudantes participantes, o que expressaria com maior fidedignidade o público com o qual temos trabalhado.

Para isso, será necessário reformular o instrumento de coleta, sobretudo as questões de perfil socioeconômico relativas à renda e as de experiência / participação política. Também se poderia incorporar uma questão de avaliação do projeto, do tipo reativa, sobre as qualidades e aprendizagens obtidas com essa participação. O desafio é aprimorar o instrumento mantendo-o com uma única página, com um pequeno número de perguntas objetivas e de fácil compreensão. Também será um desafio qualificar o trabalho de parte da rede de formação política e cidadã para incorporar essa pesquisa em suas rotinas de trabalho, que não são poucas, o que implicará a adesão das 88 câmaras presentes na atual edição.

Apesar de conhecermos os desafios da incorporação dos processos de pesquisa, sobretudo os de monitoramento e avaliação em projetos sociais com a escala e com a complexidade como o PJ de Minas, essa proposta é importante para complementar o processo de “prestação de contas” do projeto para a sociedade, possibilitando observar se tem havido uma boa “cobertura” das ações a grupos de estudantes menos privilegiados em cada uma das regiões do estado, ou seja, se os parceiros locais têm conseguido criar meios para estimular e garantir a participação de um grupo de jovens realmente diversificado.

Além do mais, pretende-se que essas informações constituam uma das bases de dados que irá compor a elaboração de uma nova proposta de pesquisa de avaliação de impacto do projeto para a formação política dos jovens participantes, cujo piloto será desenvolvido no ano de 2018 pela PUC Minas, a pedido da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victória. Cidadania e Democracia. **Lua Nova**, n.33, pp.5-16, 1994.
- COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer XI**. No. 3. Educação política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel A. **Confiança e informação política**: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem Mineiro. Trabalho apresentado a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Ciências Sociais (ANPOCS), 2011.

GONÇALVES, Guilherme Q. **O Parlamento Jovem como política pública**: o impacto do projeto na confiança em instituições políticas e conhecimento político. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

IBGE. Censo Populacional de 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 12 de mar. 2018.

MEDEIROS, Regina; MARQUES, Maria Elizabeth (Org.). **Educação Política da Juventude**: a Experiência do Parlamento Jovem. Belo Horizonte: Editora da PUC Minas, 2012.

PUC Minas. Pró-reitoria de Extensão. **Política de Extensão**. PUC Minas, 2006. Disponível em: < http://www.pucminas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf >. Acesso em: 12 de mar. 2018.

PUC Minas. Pró-reitoria de Extensão. **Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão**. PUC Minas, 2015. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20151009142046.pdf> Acesso em: 12 mar. 2018.

SAMPAIO, Thiago e SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública** [on-line]. 2013, vol.19, n.2, pp.380-402. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000200006&lng=en&nr=m=iso>. IS SN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762013000200006>>.

TEIXEIRA, Alexandre E.; BARBOSA, Karina J. Desafios para a formação política de jovens no projeto "Parlamento Jovem de Minas" a partir de uma metodologia em rede. **Conecte-se!** Revista Interdisciplinar de Extensão [on-line]. 2017, v.1, n.1, pp.33-43. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/16160/12355>>. Acesso em: 12 de mar. 2018. ISSN 2594-5467.